



ATA DE REUNIÃO

Reunião de Apreciação Preliminar

Órgão: Júri para Atribuição do Título de Especialista

Ata n.º 1

Hora de Início:

Hora de Término:

Local da Reunião:

Data: 15/02/2017

Ordem do dia:

Ponto um – Apreciação preliminar da candidatura;

Ponto dois – Calendarização da prova pública;

Ponto três – Definição dos arguentes.

Membros: João Freire de Noronha, presidente da ESAC; Fernando Manuel Leite Pereira, Professor Adjunto da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco; Rosa Maria Gomes Marques Santos Coelho, Professora Adjunta da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém; João Paulo Magalhães Crespo, membro designado pela Ordem dos Engenheiros; Fernando Rui Duarte Carvalho, membro designado pela Ordem dos Engenheiros Técnicos e José Manuel Monteiro Gonçalves, Professor Coordenador com agregação da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra.

DESENVOLVIMENTO

Devido a dificuldades de agendamento e por acordo entre todos os membros do júri das provas públicas para atribuição do Título de Especialista no Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), na área de PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ANIMAL, código CNAEF 621, requeridas por **Manuel Augusto Correia Nunes**, equiparado a assistente da ESAC, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º206/2009, de 31 de agosto e no Regulamento para Atribuição do Título de Especialista no IPC, aprovado por Despacho n.º9210/2010, publicado no DR, 2.ª série - n.º104 - 28 de maio de 2010 e alterado pelos Despachos n.º15676/2011, n.º6468/2012 e n.º13450/2012, a reunião foi realizada entre os dias 7 e 15 de fevereiro, através de troca de mensagens eletrónicas, a fim de proceder à apreciação preliminar de admissão às provas, nos termos previstos no Regulamento supra referido.



O júri foi constituído por Despacho n.º 1/2017, do Presidente da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), no âmbito da delegação de competências do Senhor Presidente do IPC (Despacho n.º 6387/2014, de 13 de maio, publicado em DR, 2.ª série - n.º 93 - de 15 de maio).

Ponto um – Apreciação preliminar da candidatura

Apreciado o processo de candidatura, constatou-se que nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista no IPC, o candidato satisfaz as condições de admissão às provas e o trabalho apresentado se insere na área para que as mesmas foram requeridas, razão pela qual o júri deliberou por unanimidade admitir o candidato às provas, conforme relatório em anexo.

Ponto dois – Calendarização da prova pública

Acordaram os membros do júri agendar as provas públicas para o dia 24 de fevereiro de 2017, com a seguinte calendarização: das 10h00 às 12h00 – apreciação e discussão do currículo profissional; das 14h00 às 16h00 – apresentação, apreciação crítica e discussão do trabalho de natureza profissional.

Ponto três – Definição dos arguentes

Foi deliberado por unanimidade que a apreciação e discussão do currículo profissional do candidato caberá primordialmente a Fernando Manuel Leite Pereira, Rosa Maria Gomes Marques Santos Coelho e a Fernando Rui Duarte Carvalho.

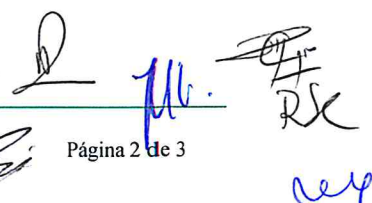
A apreciação crítica e discussão do trabalho de natureza profissional caberá primordialmente a João Paulo Magalhães Crespo e a José Manuel Monteiro Gonçalves.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos presentes.

O presidente do júri,



(João Freire de Noronha)





Os vogais do júri,

(Fernando Manuel Leite Pereira)

(Rosa Maria Gomes Marques Santos Coelho)

(João Paulo Magalhães Crespo)

(Fernando Rui Duarte Carvalho)

(José Manuel Monteiro Gonçalves)

A secretária do júri,

(Ana Cristina Borges)